

## O FEMINISMO A PARTIR DAS MEMÓRIAS DE EX-MILITANTES DE OPOSIÇÃO À DITADURA CIVIL-MILITAR BRASILEIRA (1968-1975)

**KREUZ, Débora Strieder<sup>1</sup>; SPERANZA, Clarice Gontarsky<sup>2</sup>**

<sup>1</sup> Mestranda em História – UFPel/Bolsista Capes; debora\_kreuz@yahoo.com.br

<sup>2</sup> Doutora em História, Professora do PPG em História da UFPel, bolsista de pós-doutorado Fapergs/Capes; clarice.speranza@gmail.com

### 1. INTRODUÇÃO

O presente trabalho objetiva apresentar a pesquisa para a dissertação realizada até o momento pela autora. A problemática analisada relaciona-se com a percepção do feminismo pelas militantes de movimentos clandestinos de esquerda que combateram, de forma armada ou não, a Ditadura Civil-Militar brasileira, a qual perdurou entre 1964 e 1985. Tal questionamento derivou do fato de que inúmeras mulheres, após a redemocratização passaram a atuar ativamente em diversos movimentos feministas que surgiram especialmente após 1975.

Na década de 1960 o mundo viu surgir o chamado “Feminismo de Segunda Onda”<sup>1</sup>, o qual objetivava a conquista de direitos relacionados ao corpo feminino, a sua sexualidade, dentre inúmeros outros. Até aquele momento, tais demandas haviam sido restritas ao âmbito da vida privada – não é por acaso que o lema do movimento era “O privado é político”, ou seja, almejava-se a discussão pública de tais problemáticas.

No Brasil, contudo, vivíamos um período conturbado politicamente. Com o golpe que derrubou o presidente eleito João Goulart, em 1964, instaurou-se uma Ditadura que tolheria toda e qualquer forma de manifestação. Perseguição a opositores, tortura, morte e desaparecimento foram o destino de muitos que se dispuseram a lutar contra o regime. Desde 1965, com o Ato Institucional nº2, foi instituído o bipartidarismo<sup>2</sup>, de forma que muitos foram os que passaram a atuar em grupos de oposição clandestinos, inclusive com a luta armada como meio para derrubar o regime.

De acordo com Marcelo Ridenti (1990), cerca de 12% das pessoas que militavam em organizações clandestinas eram mulheres, sendo que tal número aumenta para 18% quando se fala da luta armada. Tal número pode ser ainda maior, se levarmos em conta o fato de que a grande parte das mulheres atuava em trabalhos ditos de segurança, como cuidar dos imóveis que serviam de “aparelhos”, bem como levar e receber informações, de forma que não figuraram em processos da Justiça Militar.

### 2. METODOLOGIA

Para a realização do trabalho estão sendo analisadas entrevistas de História Oral realizadas pela autora – até o presente momento foram quatro -, bem como livros de memórias escritos por ex-militantes. Os depoimentos duraram em média,

---

<sup>1</sup> O “Feminismo de Primeira Onda” é caracterizado pelo movimento sufragista do início do século XX.

<sup>2</sup> Os partidos que passaram a existir foram a Aliança Renovadora Nacional – ARENA (partido dos militares e civis que apoiavam o regime) – e o Movimento Democrático Nacional – MDB, o qual congregava distintas forças de oposição.

uma hora (1h) e foram realizados em locais previamente definidos pelas depoentes, de forma a dar-lhes total autonomia sobre o relato. Foi elaborado um roteiro com questões específicas sobre a temática trabalhada na pesquisa.

Assim, além de problematizar a questão de gênero entre os militantes das organizações, pretende-se dar voz àquelas que, somente a pouco tempo, começaram a expor publicamente os fatos dos quais foram vítimas bem como das experiências traumáticas. De acordo com Meihy (1996), não se pode falar somente em dar voz aos vencidos, mas sim àquelas que, muitas vezes, foram silenciadas.

Nesse sentido, é importante a problematização acerca da construção da memória das militantes, tendo em vista que essa não é fixa, sofrendo as interferências das novas experiências que o sujeito vai vivenciando. Para Candau (2012): “Através da memória o indivíduo capta e compreende continuamente o mundo, manifesta suas intenções a esse respeito, estrutura-o e coloca-o em ordem (tanto no tempo como no espaço) conferindo-lhe sentido.” Pensar-se-á a memória das militantes com essa perspectiva, ou seja, como algo que, por meio da narrativa, insere sentido no que está sendo descrito. Pollack (1992) também apresenta tal compreensão:

A memória é, em parte, herdada, não se refere apenas à vida física da pessoa. A memória também sofre flutuações que são função do momento em que ela é articulada, em que ela está sendo expressa. As preocupações do momento constituem um elemento de estruturação da memória.

É importante também mencionar o quão difícil para as depoentes relembrar alguns momentos, como a tortura. Das quatro entrevistadas, apenas uma não foi presa e torturada. Uma delas possui, inclusive, sequelas que perduram até a atualidade. De acordo com Dora Schwarzstein (2001):

Estas historias subrayan la complejidad de la trama de la memoria y la dificultad de la convivencia con el recuerdo del pasado. [...] La memoria de experiencias traumáticas plantea desafíos particulares. Este tipo de experiencias puede producir transtornos psíquicos e físicos perdurables.

Assim, a partir de tal metodologia, e com as precauções mencionadas, a pesquisa está em curso.

### 3. RESULTADOS E DISCUSSÃO

Como a pesquisa ainda está em desenvolvimento, pode-se afirmar que os resultados são parciais. Contudo, algumas conclusões, ainda que provisórias, podem ser elencadas. Faz-se importante ressaltar que, pela orientação teórica marxista-leninista dos grupos aos quais pertenciam as entrevistadas<sup>3</sup>, a preocupação maior era no tocante a imediata revolução socialista, sendo que, após esta, a grande maioria dos problemas, inclusive aquele derivado do gênero, estariam resolvidos.

Contudo, após a experiência pessoal de cada militante, percebeu-se que a luta em torno da bandeira feminista tornou-se muito importante, tendo em vista o preconceito ainda vigente nas organizações ditas revolucionárias. Mesmo com essa

---

<sup>3</sup> A saber: duas pertencentes à Ação Popular, uma a Ação Libertadora Nacional e a quarta ao Partido Comunista do Brasil. Para maiores informações acerca de tais grupos ver: GORENDER, Jacob. O combate nas trevas. São Paulo: Ática, 1987.

ressalva, é importante que mencionar que tais grupos concentraram grande número de mulheres, maior que o número médio nos partidos até então tradicionais.<sup>4</sup> Cristina Wolff (2010) explica esse aumento como resultado da inserção das mulheres na universidade, o que fez com que as mesmas tomassem contato com o movimento estudantil, conseqüentemente com a política.

Faz-se importante ressaltar que a inserção das mulheres nos mencionados grupos não ocorreu sem conflitos, tendo em vista a, até então, quase que ausência das mesmas no campo político. Dessa forma, em muitos episódios, a chamada dessexualização foi um fenômeno presente, ou seja, a militante deveria tentar se aproximar do ideal masculino de militante. Susel Oliveira da Rosa (2013) apresenta o paradoxo:

Na suposta relação de igualdade estabelecida pela esquerda, a transformação coube às mulheres, que deveriam se adequar ao modelo universal masculino do militante político. [...] Como podemos perceber, apesar do discurso de igualdade e do aparente apagamento das diferenças. Os papéis tradicionais e assimétricos da generização do humano, que autorizam a ação no mundo, eram mantidos e, mesmo, reafirmados pela esquerda.

Mesmo com a discussão sendo incipiente, pode-se afirmar que, concordando com Maria Lygia Moraes (2007) tal experiência foi fundamental para que o feminismo brasileiro e latino-americano como um todo fosse peculiar, pois as militantes, em sua maioria comunistas, saíram da luta contra o autoritarismo exacerbado percebendo que somente as ações contra o capitalismo não forneciam as respostas adequadas para as suas questões.

Cyntia Sarti (2004) também aborda a questão da construção do movimento feminista a partir da reflexão realizada pelas militantes sobre a luta contra a ditadura.

O feminismo militante no Brasil, que começou a aparecer nas ruas, dando visibilidade à questão da mulher, surge, naquele momento, sobretudo, como consequência da resistência das mulheres à ditadura, depois da derrota das que acreditaram na luta armada e com o sentido de elaborar política e pessoalmente essa derrota.

Ante o levantado até o presente momento, percebeu-se que a experiência nos movimentos de combate à Ditadura Civil-Militar fez-se de fundamental importância para que as militantes tivessem a compreensão acerca das problemáticas específicas feministas para a sua posterior inserção no movimento.

#### 4. CONCLUSÕES

A partir do exposto, pode-se concluir, de acordo com Ridenti (1990), que mesmo não participando ativamente do movimento feminista no momento da militância contra a Ditadura Civil-Militar, a revolução das mulheres já estava em curso, tendo em vista o rompimento de um duplo paradigma, ou seja, aquele da mulher restrita ao espaço doméstico e a posterior inserção do debate político, até aquele momento, masculino por excelência.

---

<sup>4</sup> Partido Comunista Brasileiro, Partido Trabalhista Brasileiro. Deve-se ressaltar que, no momento em tela, tais partidos também estavam na ilegalidade.

Acredita-se que o trabalho com a memória das ex-militantes é fundamental para a compreensão do período bem como acerca do quanto tal experiência influenciou no momento de decidirem por militar em outros movimentos.

## 5. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- CANDAU, Jöel. **Memória e Identidade**. São Paulo: Contexto, 2012.
- GOENDER, Jacob. **O combate nas trevas**. São Paulo: Ática, 1987.
- MEIHY, José Carlos Sebe Bom. **Manual de História Oral**. São Paulo: Loyola, 1996.
- RIDENTI, Marcelo Siqueira. As mulheres na política brasileira: os anos de chumbo. **Tempo Social**; Rev, Sociol, USP, S. Paulo, 2(2): 113-128, 2.sem. 1990.
- MORAES, Maria Lygia Quartim. O encontro marxismo-feminismo no Brasil In: RIDENTI, Marcelo; REIS, Daniel Aarão (orgs). **História do Marxismo no Brasil (vol.6)**. Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 1997, p. 341-375.
- POLLACK, Michael. Memória e Identidade Social. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, vol.5, nº10, 1992, p.200-212.
- ROSA, Susel Oliveira da. **Mulheres, ditaduras e memórias: “Não imagine que precise ser triste para ser militante”**. São Paulo: Intermeios; Fapesp, 2013.
- SARTI, Cyntia Andersen. O feminismo brasileiro desde os anos 1970: revisitando uma trajetória. **Revista de Estudos Feministas**. Florianópolis: vol. 12, maio-agosto/2004; pg. 35-50
- SCHWARZSTEIN, Dora. História Oral, memória e histórias traumáticas. In: **História Oral: Associação Brasileira de História Oral**. São Paulo, nº04, junho de 2001.
- WOLFF, Cristina Scheibe. O gênero da esquerda em tempos de ditadura. In: PEDRO, Joana Maria; WOLFF, Cristina Scheibe. **Gênero, Feminismos e Ditaduras no Cone Sul**. Florianópolis: Ed. Mulheres, 2010, pg. 138-55.
- PORTELLI, Alessandro. Tentando aprender um pouquinho. Algumas reflexões sobre a ética na história oral. **Projeto História**. São Paulo: PUC-SP, n.15, abril de 1997, p.13-49
- TELES, Maria Amélia de Almeida. **Breve história do feminismo no Brasil**. São Paulo: Brasiliense, 1999, (Coleção Tudo é História)